

AJES – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

A LÉSBICA E O MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Autora: Taise Fernanda Feiten
Orientadora: Ma. Chayene Hackbarth

JUÍNA/2015

AJES – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

A LÉSBICA E O MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Autora: Taise Fernanda Feiten

Orientadora: Ma. Chayene Hackbarth

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia, do Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena – AJES.

JUÍNA/2015

AJES – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

BANCA EXAMINADORA

Ma. Cristiana Carvalho

Dra. Elisabete Figueroa dos Santos

Me. Victor Cauê Lopes

ORIENTADORA: Ma. Chayene Hackbarth

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutam pelos Direitos Humanos. Gente que é gente, que sente. Que consegue ver além de si, vê no outro também gente. É agente da emancipação de toda essa gente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, onde quer que estiveres, sei que estás muito orgulhoso de mim.

Agradeço à minha mãe, por ter me ensinado as coisas mais importantes da vida. A você, o meu eterno amor, minha eterna gratidão.

Agradeço a minha irmã e irmão, que sempre foram e sempre serão meus melhores amigos.

Agradeço à minha companheira, por me fazer, a cada dia, ser uma pessoa melhor. Obrigada pelo seu respeito, sua presença, seu afeto e por me dar a oportunidade de experimentar um grande amor. Por compartilhar comigo a vida.

Agradeço a todos/as meus/minhas professores/as, pelo conhecimento, pela paciência e dedicação em sala de aula. Em especial à minha orientadora Ma. Chayene Hackbarth e professora Dra. Valéria Melki Busin.

Agradeço ao Instituto Superior do Vale do Juruena, por ter me proporcionado o ensino superior.

Agradeço aos meus colegas de sala. Nos tornamos uma família. Foram 5 anos compartilhando experiências felizes e também tristes, entre abraços de dinâmicas, a abraços de luto e abraços de amizade. Pelas desavenças, discussões, desabafos. Pelos estresses que passamos juntos e pelos sorrisos que tiramos uns dos outros.

Obrigada a todos, que de certa forma, colaboraram para este trabalho.

“As pessoas e os grupos têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

(Boaventura de Sousa Santos, 2001)

RESUMO

Este trabalho pretendeu compreender como as lésbicas se sentem diante do mercado de trabalho. Foi utilizada uma revisão integrativa, objetivando traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre o tema em banco de dados nacionais na área da psicologia. Após o levantamento de dados, apenas 2 trabalhos atenderam aos critérios de inclusão e exclusão desta pesquisa, levando-nos a uma reflexão acerca da escassez de estudos acadêmicos brasileiros relacionados a lésbicas e o mercado de trabalho em base de dados eletrônicos da psicologia. Existe uma lacuna na literatura com esta temática que precisa ser preenchida com novos estudos e teorias, como forma de visibilidade a homossexualidade feminina e desconstrução do triste cenário cultural brasileiro em relação a diversidade sexual humana. Os resultados discutidos apontam que as lésbicas sofrem preconceito no ambiente de trabalho, tanto para ingressar quanto para se manter, sujeitando-se a piadinhas e comentários maldosos; a uma percepção inferiorizada de si mesmas; medo de se expor ou falar a respeito de sua orientação sexual quanto agir de uma forma diferente do que gosta, por preocupação do que pode acontecer, prevendo algum tipo de discriminação e/ou demissão.

Palavras-chave: Lésbicas; Mercado de Trabalho; Psicologia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estudos Seleccionados.....	23
Tabela 2 - Matriz de Análise.....	25
Tabela 3 - Processo de Revisão	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DOS SEXOS.....	13
2.2 ESTIGMA E HOMOSSEXUALIDADE.....	15
2.3 A ORDEM DO DISCURSO	16
2.4 IDENTIDADE	17
2.5 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E GESTÃO DA DIVERSIDADE.....	19
3 METODOLOGIA	22
3.1 TIPO DE ESTUDO	22
3.2 COLETA DE DADOS.....	22
3.2.1 IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E SELEÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA	22
3.2.2 DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	23
3.2.3 IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS PRÉ-SELECIONADOS E SELECIONADOS	23
3.2.4 CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS	24
3.2.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	25
3.2.6 APRESENTAÇÃO DA REVISÃO/ SÍNTESE DO CONHECIMENTO	26
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Quando se refere à sexualidade, ainda que esta seja uma fonte de prazer e bem estar, automaticamente a mesma se torna fundamental na construção de uma identidade pessoal e social do/a sujeito/a, classificando-o (a) como normal ou como anormal (CARRARA, 2005).

Através de uma sexualidade embasada em conduta sexual, estigmatiza-se tudo o que foge do que é ser homem, comportar-se como homem, do que é ser mulher, comportar-se como mulher, e do heteronormativo¹.

A homossexualidade é definida como uma “atração afetiva e sexual por uma pessoa do mesmo sexo”². No entanto, foge do que a sociedade considera como uma relação normal, a de sexos opostos. “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 1988, p. 11).

As pessoas são colocadas em categorias de acordo com sua cor, classe social, orientação sexual, para citar alguns. E através dessas categorizações, aparecem aqueles que são privilegiados e os que têm seus direitos violados, vítimas dos mais diversos tipos de violências: sexual, física, simbólica, psicológica, econômica, entre outros. São os marcadores sociais de diferenças que sustentam “preconceitos, atitudes estigmatizantes e comportamentos discriminatórios que permeiam as relações sociais, tanto na esfera pública como na privada” (VENTURI, 2012, p.95).

59% dos homossexuais entrevistados na Parada Rio 2003 afirmaram terem sido vítimas de “discriminações” por serem homossexuais. Perguntados sobre as modalidades das discriminações, os entrevistados mencionaram casos tão distintos como impedimento de ingresso em locais comerciais, expulsão de casa, mau tratamento por parte de servidores públicos, brigas com amigos e familiares, problemas na escola, demissão do emprego e tratamento desigual no trabalho, entre outros (RAMOS, 2005, p.41).

¹ Heteronormativo diz respeito a colocar a heterossexualidade como norma a ser seguida. A única correta.

² CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/catalogo/orgao-essenciais/secretaria-de-direitos-humanos/brasil-sem-homofobia-programa-de-combate-a-violencia-e-a-discriminacao-contr-lgbt-e-de-promocao-da-cidadania-homossexual/view>. Último acesso: 21/10/2015.

Um marcador social de diferenças faz com que a pessoa deixe de ser vista como um conjunto de características que a define para ser rotulada por algo discriminado na sociedade. Uma mulher lésbica, “terminologia utilizada para designar a homossexualidade feminina”³ parece ter sua identidade construída socialmente apenas por sua sexualidade. Deixa de ter uma identidade pessoal e única para ser apenas a lésbica rotulada e categorizada dentro da sociedade.

A história ajuda na construção de preconceitos contra pessoas homossexuais. A Homossexualidade já fez parte do rol de transtornos do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), sendo considerada um desvio sexual (KATZ, 1995). No Brasil, apenas em 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) proibiu a cura da homossexualidade, considerando-a como uma expressão normal da diversidade sexual humana e não um desvio ou doença⁴.

Por isso, “é importante pensar o lugar simbólico dos homossexuais na sociedade brasileira” (CARRARA, 2005). Por lugar simbólico, entende-se o lugar onde se enquadram os chamados pervertidos, imorais, pecaminosos, doentes, destruidores de família. Quando uma pessoa se descobre homossexual, automaticamente lhe é imposta a identidade de pessoa anormal. Não há como fugir desse rótulo, uma vez em que na maioria de grupos como a família, escola, igreja, a homossexualidade é abominada, definida como inadequada (BUSIN, 2008).

A sexualidade permeia a vida do ser humano (CARRARA, 2005). Alguns dados, que serão apresentados no decorrer desta pesquisa mostram como ainda há diferenças de qualidade de vida no trabalho de acordo com a sexualidade da pessoa. Que, apesar de algumas empresas adotarem uma política de gestão de diversidade, o que tange a homossexualidade continua não sendo uma prática efetiva, pelo contrário, acentua as diferenças e não as tratam de forma igualitária (BRITO, 2014).

³ CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/catalogo/orgao-essenciais/secretaria-de-direitos-humanos/brasil-sem-homofobia-programa-de-combate-a-violencia-e-a-discriminacao-contr-lgbt-e-de-promocao-da-cidadania-homossexual/view>. Último acesso: 21/10/2015.

⁴ Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

No entanto, ao falarmos sobre qualquer discriminação em relação à orientação sexual, faz-se necessário a compreensão das questões de gênero também, entendendo o que a figura masculina representa no nosso meio social.

O problema se concentra quando não se segue a norma, quando a pessoa passa a desempenhar na sociedade outros tipos de comportamentos os quais não lhe pertencem. Por exemplo, mulher ter relações afetivas e sexuais com outra mulher; mulher ter cabelos curtos; não usar maquiagem; usar roupas que são estabelecidas para homens: camisetas, calças jeans, tênis, bonés, dentre outros.

Nas relações interpessoais há diversas formas de discriminações, por existir uma hierarquia estabelecida dentro da sociedade, e por meio desta, justificar desigualdades. Nesta hierarquia, quanto mais distante você estiver daquilo que é construído e imposto pelas pessoas como natural, maiores serão suas desvantagens no meio social (BUSIN, 2008). O homem branco, de classe social média/alta e heterossexual se encontra no topo desta hierarquia, e é privilegiado no mercado de trabalho, como em outros fatores.

Em 2009, foi realizada uma pesquisa pelo IBGE⁵ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cujo título era: Pesquisa Mensal de Emprego – PME, através desta pesquisa, “verificou-se que nos diversos grupamentos de atividade econômica, a graduação superior não aproxima os rendimentos recebidos por homens e mulheres, pelo contrário, a diferença acentua-se”.

Podemos verificar também o número gritante de violações de direitos em relação as mulheres, principalmente sobre a violência física. “Chegou-se a estimativa escandalosa de cerca de 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país, 175 mil/mês, 5.800 hora ou 4/minuto – uma a cada 15 segundos”. (VENTURI, 2012, p. 105). E em relação a pessoa de orientação homossexual, 93% destes, afirmam que há preconceito contra os grupos LGBT.⁶ (VENTURI; BOKANY, 2011 apud, VENTURI, 2012).

Considerando estes dados, o presente trabalho se justifica a partir da escassez de estudos voltados à homossexualidade feminina, principalmente quando tange o mercado de trabalho.

⁵http://ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf. Último acesso em: 20/08/2015

⁶ Sigla que compõem os grupos de: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Neste sentido, este trabalho objetiva compreender como as lésbicas se sentem diante do mercado de trabalho. E para isso serão seguidos três passos: a) Identificar trabalhos eletrônicos disponíveis em base de dados nacionais no campo da psicologia referente ao tema; b) Analisar os principais resultados das entrevistas dos respectivos trabalhos encontrados e; c) Discutir a importância de novos estudos sobre este objeto de pesquisa.

Na primeira parte será apresentada uma revisão literária introdutória sobre construções históricas dos sexos (LAQUEUR, 2001; COSTA, 1996), noção de estigma e homossexualidade segundo Goffman (1988), a ordem do discurso (FOUCAULT, 1984), identidade (HEILBORN, 1996; CIAMPA, 2006), violência simbólica (BOURDIEU, 2007) e gestão de diversidade (BRITO, 2014).

No segundo momento, na metodologia, apresentaremos os caminhos percorridos e quais foram os critérios de inclusão e exclusão utilizados para chegarmos a trabalhos condizentes ao nosso tema.

E por último, na terceira parte, será realizada uma análise e discussão do material coletado, baseando-se na noção de cenários culturais, cenas e scripts (PAIVA, 2012).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DOS SEXOS

A nossa sexualidade nos coloca no mundo, sendo ela a responsável para a construção de nossas identidades pessoais e sociais (CARRARA, 2005). A identidade parece estar mais ligada a sua descrição, como você é caracterizado e qual é o discurso que as pessoas têm sobre sua sexualidade do que sobre quem você realmente é.

Anterior ao século XVIII, acreditava-se na existência de apenas um sexo. O homem era o sexo evoluído e a mulher o sexo invertido. A inferioridade da mulher em relação ao homem era explicada por sua incapacidade de evolução. A mulher era incapaz de ter forças suficientes para alcançar a perfeição do corpo, e além disso, sua incapacidade gerava sensibilidade, neste sentido, não podia ocupar lugares onde exigia-se força física, ou até emocional (de ser menos emotivo) (LAQUEUR, 2001).

Junto ao surgimento do iluminismo com seu lema de: liberdade, igualdade e fraternidade, começou-se a buscar uma forma de justificar o domínio que o homem tinha sobre a mulher. Foram nas diferenças fisiológicas e anatômicas dos corpos que naturalizou-se o papel do homem e da mulher na sociedade. “O resultado final era a exclusão feminina da nova sociedade civil por razões baseadas na ‘natureza’” (LAQUEUR, 2001. p. 244).

[...] A formação da nova imagem da mulher nos séculos XVIII e, sobretudo XIX trouxe à tona a rediscussão da diferença de gêneros. Desta rediscussão surgiu a ideia da diferença de sexos entendida como bi-sexualidade original e não como hierarquização de funções de um só sexo fisio-anatômico. Antes da “questão feminina” emergir como um problema de dimensão político-econômica importante, as descobertas científicas baseadas na anatomia e na fisiologia eram incapazes de renovar o olhar dos estudiosos sobre a sexualidade humana (COSTA, 1996, p. 72).

Um outro ponto preocupante desta época era: até onde a liberdade poderia influenciar na vida pública da sociedade, no Estado? Quem tinha direito a ocupar estes espaços? E a mulher, qual era seu papel agora na sociedade? Era preciso delimitar quem poderia assumir espaços. Buscou-se em uma essência construída para o sexo feminino que para a mulher cabia os cuidados da casa, dos filhos, do marido. A biologia vai explicar que a marca feminina é a sua incapacidade para

desempenhos sociais. O homem deve ocupar espaços públicos e à mulher, cabe o espaço privado (COSTA, 1996).

Nos dias atuais, ainda quando crianças, são determinados brinquedos de meninos e de meninas, e suas diferenças estão em: bonecas simbolizando filhos para as meninas, carrinhos simbolizando negócios para os meninos. Panelinhas, fogãozinho, simbolizando cuidados da casa para as meninas e fazendinhas simbolizando o “que provê” para os meninos.

Além dos brinquedos, são construídos desde cedo scripts masculinos e femininos, como nos dizeres: “você é uma mocinha, não pode se comportar assim”, scripts que se estendem pela adolescência, ao dizer; “você tem que valorizar o seu corpo” e pela vida adulta por meio de afirmações como: “É amargurada por falta de homem”.

Silva (2007), quando cita Catonné (1992), diz que após a diferenciação dos sexos, masculino e feminino, passa-se a fazer diferenciações psíquicas entre ambos, homens pensam assim e mulheres pensam doutra forma. “O conceito vitoriano de verdade ligava automaticamente a biologia à psicologia. Os sentimentos eram considerados femininos ou masculinos exatamente no mesmo sentido que pênis ou clítoris” (KATZ, 1995, p. 63). Homens, pela fisiologia do sexo, devem ter um amor sexual por mulheres; mulheres pela fisiologia do sexo, devem ter um amor sexual por homens. Este era o instinto sexual de homens e mulheres, o oposto a esta norma, seria considerado um desvio sexual.

Até o século XVIII, a inversão do homem era a mulher, a partir deste século, e com a bissexualização dos corpos, a inversão do homem era o homossexual. Era o homem que negava os interesses da vida social e passa a ser comparado “a homicidas, criminosos, viciados, doentes venéreos, suicidas, prostitutas, alcoólicos e doentes mentais” (SILVA, 2007, p.24).

A medicina e a psiquiatria do século XIX transforma o homossexual em uma espécie de estudo visando teorias para sua cura. Os comportamentos sexuais passaram, através de discursos médicos, a se transformarem em identidades sexuais, caracterizando o sexo como verdade absoluta (SILVA, 2007).

O Conselho Federal de Psicologia⁷ afirma que na década de 70, a *American Psychological Association* retirou do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM II) a homossexualidade do rol de transtornos psicológicos. Porém, apenas em 1993 a Organização Mundial de Saúde excluiu a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10). Desde então, a palavra homossexualismo deixou de ser usada, pelo sufixo “ismo”, que é uma terminologia referente a doenças

No Brasil, só em meados dos anos 90 a temática homossexual passa a ter mais visibilidade, com projetos de leis, aumento de boates gays, criação de entidades para defesa homossexual e o surgimento das paradas de orgulho gay (RAMOS, 2005).

2.2 ESTIGMA E HOMOSSEXUALIDADE

Pretende-se aqui apenas fazer uma breve conceituação do que é estigma e como este se relaciona com a homossexualidade.

Estigma é um atributo dado a uma pessoa a qual faz a sociedade desacreditar dela. Estigmatizados pela sociedade são aquelas pessoas que se comportam de uma forma a qual foge do esperado, do que é aceito como norma. Segundo Goffman (1988) existem três tipos de estigmas: o primeiro está relacionado com as abominações do corpo, o segundo com as culpas de caráter individual e a terceira com grupos: raça, nação e religião. “Acredita-se que alguém com estigma não seja completamente humano” (GOFFMAN, 1988, p. 15).

A pessoa estigmatizada acaba sendo desacreditada ou desacreditável por não cumprir os papéis pré-estabelecidos dentro da sociedade (GOFFMAN, 1988). Podemos considerar como desacreditadas as pessoas com estigmas físicos, os quais são visíveis. Já os desacreditáveis seriam aqueles cujo estigma é oculto, o estigma de cunho moral, caráter individual, como por exemplo, os homossexuais.

⁷ Disponível em: <http://site.cfp.org.br/manifesto-de-repudio-ao-pdc-que-visa-sustar-a-resolucao-cfp-0011999/>

O tipo de estigma está sempre relacionado ao impacto que este causa na sociedade, seja o estigma aparente ou não. A pessoa considerada estigmatizada preocupa-se em, quando o estigma é aparente, na tensão que este pode causar na sociedade. Se é escondido, em ocultá-lo, revelá-lo, quando, onde, como (GOFFMAN, 1988).

Relacionado a pessoas de orientação sexual homossexual, muitos se escondem atrás de um armário simbólico, gerenciando um segredo que pode generalizá-lo enquanto pessoa em seu meio social. São aqueles que, por medo das consequências, manipulam o tempo todo sua sexualidade. Vivem sob tensão de a qualquer momento serem descobertos. O estigma faz com que direitos sejam violados, por considerar que o indivíduo estigmatizado é menos humano, ou a ele não se deve as mesmas garantias de vida de outras pessoas (GOFFMAN, 1988).

Alguns Projetos de Lei tentam excluir ou enquadrar tudo o que foge da homossexualidade. Projetos de lei como estes dois: Projeto de Lei 6583/13 do deputado Diego Garcia⁸, que define como família apenas aquela formada por um homem e uma mulher, excluindo quaisquer outros tipos de família. E o Projeto de Decreto de Lei 234 do deputado João Campos⁹, muito comentado pela mídia, batizado de “projeto da cura gay”, que pretende tornar inválida a resolução do Conselho Federal de Psicologia sobre o tema e tratar a homossexualidade como uma patologia.

2.3 A ORDEM DO DISCURSO

Todo discurso é controlado, selecionado, organizado e redistribuído. Para que um discurso seja reforçado, cruzado ou compensado, precisa passar por três tipos de interdições: palavras proibidas, razão e loucura - separação e rejeição e por último, oposição do verdadeiro e do falso, estas últimas como formas de exclusão (FOUCAULT, 1984).

Dessa maneira, controlando discursos, é possível que instituições permaneçam no poder.

⁸ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/comissao-aprova-conceito-de-familia-como-uniao-entre-homem-e-mulher-8893.html>

⁹ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>

As palavras ditas proibidas abrangem a sexualidade e a política, são assuntos tidos como tabu e mesmo que as pessoas pensem sobre alguns assuntos, são proibidas de falar a respeito. Não se pode falar sobre ambas tudo o que se quer e à quem quer. O discurso que por elas caminham não são neutros, tampouco, transparentes, como deveriam ser para que a sexualidade fosse desarmada e a política pacificada, e sim, são nestas, onde se “se exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais terríveis poderes” (FOUCAULT, 1984, p.9).

Ainda de acordo com o mesmo autor, a razão e a loucura se caracterizam pela separação e rejeição. Quando se fala sobre aquilo que é proibido, a pessoa é tarjada de louca. As palavras do louco são rejeitadas, não são aceitas, por serem separadas das demais. E quando ouvidas, são escutadas com censuras.

No terceiro tipo de interdição, oposição do verdadeiro e do falso, Foucault (1984) vai falar que todo discurso, mesmo que este não seja verdadeiro, quando repassado e aceito na sociedade, acaba tornando-se verídico. Todos almejam que seu discurso seja aceito, pois, juntamente com a verdade do discurso está o poder. Somos guiados socialmente para reconhecer e separar o certo do errado. Quando um discurso que era considerado verdadeiro passa a não ser mais, este acaba não sendo “mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder” (FOUCAULT, 1984, p. 15).

Além destes três meios de controle do discurso, Foucault (1984) aponta que quando um discurso pode ser dito, ele precisa passar por um filtro com três tipos de rarefação: comentário, autor e disciplina. Comentário: nós nunca falamos algo inédito. Nosso discurso advém de outros discursos já existentes na sociedade. Autor: aquele que diz faz toda diferença no discurso. Para um discurso ser aceito, é preciso saber quem é seu autor. E, disciplina: que se define por “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, de técnicas e instrumentos” (FOUCAULT, 1984, p. 28).

2.4 IDENTIDADE

Identidade, segundo Ciampa (2006) é quem somos, é a representação de mim na sociedade. A identidade poderia ser pensada como uma peça de teatro, onde o autor, aquele que narra, representa sua identidade. No entanto, nesta peça de teatro há outros personagens com suas identidades e “a identidade do outro

reflete na minha e a minha na dele” (CIAMPA, 2006. p.59). Isso quer dizer que nossa identidade é construída através do outro, como eu me represento e como sou representado. Através dessa ideia que a identidade do outro reflete na nossa, podemos refletir em quem somos a partir de quem são os outros. Por exemplo, se na sociedade a qual faço parte condena os homossexuais ao pecado, eu, enquanto homossexual, carrego em minha identidade o pecado. Se, a sociedade a qual faço parte acredita que a homossexualidade faz parte da diversidade sexual humana, como a heterossexualidade¹⁰, bissexualidade¹¹ e a assexualidade¹², eu, enquanto homossexual, não tenho em minha identidade quaisquer condenações em relação a minha orientação sexual.

A identidade quando em contato com o outro passa por um tríplice sentido de representação (CIAMPA, 2006). “1- eu represento enquanto estou sendo o representante de mim”; “2- eu represento, em consequência, enquanto desempenho papéis”; “3- eu represento, finalmente, enquanto reponho no presente o que tenho sido, enquanto reitero a apresentação de mim” (CIAMPA, 2006, p. 69)

Em outras palavras, eu me represento como se não estivesse falando de mim, e si narrando um personagem, eu me represento quando estou desempenhando papeis e, quando falo de mim, o que tenho sido enquanto representador de mim mesmo.

Já Heilborn (1996) fala sobre a identidade social, esta sendo um conjunto de construções sociais que determina o lugar da pessoa na sociedade. E descreve três dimensões de modelação da pessoa:

A primeira delas refere-se de fato a existência de um elenco de atributos e traços que constituem classificatoriamente o sujeito, (...) como inserção na estratificação social, idade, gênero etc... O segundo nível refere-se ao modo como tal elenco de atributos insere-se num campo de significações sociais em que outros eixos classificatórios estão presentes. (...) E finalmente uma terceira instância se apresenta em que tais marcas se expressam mediante determinados valores, corporificando-se em significados que articulam a imagem de si e a relação com o outro, corporificando a modelagem do ser (ou de um grupo) na vida social (HEILBORN, 1996, p. 137).

¹⁰ Heterossexualidade: relação afetiva e sexual com pessoas de sexo oposto

¹¹ Bissexualidade: relação afetiva e sexual com pessoas de sexo oposto e pessoas do mesmo sexo

¹² Assexualidade: pessoa que não sente desejos sexuais

A autora traz o quanto a identidade sexual é central na construção de uma identidade social, a partir do essencialismo construído pela sociedade para justificar o heteronormativo.

Neste sentido, pensar em “qualquer atitude que afaste um ser humano nascido com o sexo feminino de seu papel de gênero de mulher é vigiada e cobrada” (GOMIDE, 2007, p. 408). Partindo dessa ideia, a lésbica quando assume sua orientação sexual, assume juntamente uma identidade já formada pelo social.

Gomide (2007) quando cita Stein (1999), diz que as lésbicas tendem a ser habitantes de dois mundos, o heterossexual e o lésbico. Pois estamos sujeitos a categorias, conforme quem somos, ou o que deixamos de ser. No mundo heterossexual precisam ser femininas, comportar-se de acordo com o que se espera do seu sexo, e “no mundo lésbico precisam lidar com as normas diferentes para serem aceitas e buscarem parcerias amorosas (GOMIDE, 2007 apud STEIN, 1999, p. 407).

2.5 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E GESTÃO DA DIVERSIDADE

O poder simbólico é um poder que se exerce pela construção e reforço de pensamentos que passa de geração em geração. O sujeito não contesta sua realidade, considerando-a como natural. Segundo Bourdieu (2007), o poder simbólico funciona em uma ordem gnoseológica, é temporal e espacial.

Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 2007, p. 9).

Isso significa que o poder simbólico tem validade de acordo com o tempo e também no local onde se exerce, está ligado a valores de uma sociedade. No entanto, o poder simbólico vai se estruturando de acordo com o pensamento das pessoas, e encontrando meio para se reproduzir de acordo com o que a sociedade está a ouvir, ver e sentir.

O poder simbólico funciona através dos símbolos, encontra em um meio de comunicação uma forma de produzir e reproduzir ideias. Todo poder simbólico satisfaz aqueles que são privilegiados. Que encontram uma forma de levar discursos para a sociedade, que o internaliza sem questionamentos, ou por vezes, sem perceber que está sendo subordinado por um dominante (Bourdieu, 2007).

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2007, p. 14).

Trata-se de uma relação de dominação e submissão. A pessoa não consegue perceber que está sendo vítima de pensamentos e predisposições alinhados as estruturas impostas. É uma violência invisível (BOURDIEU, 2007).

Pode-se perceber o poder simbólico nas organizações, onde há uma relação de poderes entre um contratante e contratados. Nos dias atuais algumas empresas vem adotando uma gestão da diversidade, levando em conta que o Brasil é um país com uma diversidade numerosa de crenças, ...

No entanto, essas políticas não vem sendo efetivas no que tange a sexualidade (BRITO, 2014), mostrando que ainda esta arraigado na sociedade a visão de uma sexualidade binária, entre homens e mulheres (LAQUEUR, 2001).

Parte das organizações brasileiras ainda mantém a visão heteronormativa, apesar de manterem um discurso de respeito a diversidade sexual, ainda lidam com essa temática com preconceito ou omissão quando acontece algum tipo de violência dentro da empresa (BRITO, 2014).

Brito (2014) coloca o quanto essa violência simbólica, que passa despercebida nas organizações é prejudicial as pessoas, embora se trate de um assunto pouco discutido e trabalhado nas instituições, até mesmo acadêmicas.

Quando uma pessoa, inserida em um contexto laboral, tem que esconder seus sentimentos, desejos, ou seja, sua identidade sexual há uma enorme frustração, desgaste emocional que podem causar estresse, problemas de ordem psicológica e inclusive dificuldades de relacionamentos, alterando a qualidade de vida e a qualidade do trabalho (BRITO, 2014, p. 31).

A autora acrescenta dizendo que quando as políticas da gestão de diversidade são efetivas respeitando e valorizando a diversidade sexual na organização, proporcionam o reconhecimento da pessoa em sua subjetividade e isso vai refletir nas suas relações interpessoais gerando motivação no trabalho, mais rendimentos, saúde e qualidade de vida (BRITO, 2014).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

O desenvolvimento deste trabalho é de cunho qualitativo, com a intenção de analisar e discutir (MARCONI & LAKATOS, 2011) entrevistas já realizadas de lésbicas no ambiente de trabalho. Para tanto, utilizar-se-á de uma revisão integrativa, objetivando “traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.127), sobre o tema em banco de dados nacionais na área da psicologia relacionados ao tema.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada seguindo seis etapas propostas pelos autores Botelho; Cunha e Macedo (2011, p.129). 1ª etapa – Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2ª etapa – Definição dos critérios de inclusão e exclusão; 3ª etapa - Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4ª etapa - Categorização dos estudos selecionados; 5ª etapa - Análise e interpretação dos resultados; 6ª etapa - Apresentação da revisão/ síntese do conhecimento.

3.2.1 IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E SELEÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA

A pergunta problema central desta pesquisa é: Como as lésbicas se sentem em relação ao mercado de trabalho? Após a pergunta formulada, foi definido dois descritores para pesquisa: “lésbicas” and “mercado de trabalho”. E também a estratégia de buscas: banco de dados eletrônicos nacionais na área da psicologia, entendendo que este campo pudesse ser mais amplo em analisar as subjetividades das entrevistadas em relação ao mercado de trabalho.

Ficou definido então que as buscas de dados aconteceriam durante o mês de novembro de 2015, na Biblioteca Virtual em Saúde da Psicologia (BVS-PSICO), por se tratar de uma base de dados que engloba várias fontes de estudos publicados: Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia

(PEPSIC), Periódicos Técnico-Científicos (Index-Psi) e no Portal de Periódicos da CAPES.

3.2.2 DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Incluem-se nesta pesquisa trabalhos completos e disponíveis na BVS-Psico e Portal de Periódicos da CAPES, publicações em português e estudos contendo pesquisa de campo.

Ficam excluídos desta pesquisa trabalhos incompletos, estudos não compatíveis com o tema desta pesquisa e/ou fora do Brasil, publicações repetidas e trabalhos de fontes distintas a área da psicologia.

3.2.3 IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS PRÉ-SELECIONADOS E SELECIONADOS

Para esta pesquisa foram pré-selecionados trabalhos com títulos que envolviam lésbicas e o mercado de trabalho. Em seguida foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, ficando selecionados dois trabalhos para uma leitura na íntegra. O Estudo 1 e Estudo 2 foram organizados de acordo com o ano de publicação.

Seguem descritos na tabela abaixo os trabalhos selecionados.

Nº.	FONTE	TÍTULO	BASE DE DADOS	ANO	AUTOR/es (A/s)
Estudo 1	SCIELO	Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho.	BVS-PSICO	2011	IRIGARAY, Hélio Arthur Reis and FREITAS, Maria Ester de.
Estudo 2	SCIELO	Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais.	BVS-PSICO	2014	CARRIERI, Alexandre de Pádua, SOUZA, Eloisio Moulin de and AGUIAR, Ana Rosa Camillo.

Tabela 1 - Estudos Selecionados

3.2.4 CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Neste tópico foram tabeladas informações sobre os estudos selecionados e separado, em formas de categorias, os principais resultados encontrados pelos autores do Estudo 1 e Estudo 2. Este método, chamado de matriz de análise, “deve conter informações sobre aspectos da investigação e permitir que o pesquisador tenha uma visão geral de dados relacionados a um desempenho de certos pontos”. (KLOPPER; LUBBE; RUGBEER, 2007 *apud* BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.131).

	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADOS
Estudo 1.	Averiguar como as lésbicas se percebem no mundo corporativo.	Foram entrevistadas 18 lésbicas, de diferentes idades, religiões, classes sociais, profissões e formações acadêmicas; seus relatos foram transcritos e, com auxílio do <i>software</i> Atlas TI, submetidos à análise do discurso.	a) as lésbicas, assim como os gays, se percebem submetidas a práticas discriminatórias no ambiente de trabalho, as quais, não raramente, se escondem sob a máscara do humor e da informalidade; b) a orientação sexual não pode ser tratada como uma categoria sólida, uma vez que outras dimensões físicas e psicográficas, como estética, etnia, classe social acentuam ou atenuam a discriminação; e, finalmente, c) as lésbicas se discriminam entre si em função de outros atributos.
Estudo 2.	Estudar as violências simbólicas e interpessoais, vivenciadas na sociedade e no trabalho, dirigidas a lésbicas, travestis e transexuais.	Foram entrevistadas 65 pessoas: 30 entrevistas filmadas, sendo 28 lésbicas e 2 travestis. E, 35 advindas de entrevistas não gravadas, mas anotadas em diários de campo, principalmente de transgêneros. Todas as entrevistas foram conduzidas por um roteiro semiestruturado, gravadas e transcritas ou anotadas nos diários de campo. Realizaram-se reuniões em que os sujeitos narraram suas histórias de vidas, principalmente com o foco no trabalho. Os resultados foram submetidos a Análise Crítica do Discurso (ACD).	Os/As entrevistados/as sofrem diversas formas de violência simbólica, fruto das dominações simbólicas que se instauram de forma particular em cada um dos grupos estudados. As violências interpessoais vivenciadas no trabalho têm relações estreitas com as formas de violências simbólicas relacionadas a cada grupo, e ocorrem com maior intensidade contra os travestis, pois estão mais propensos e sujeitos a sofrerem violência interpessoal por meio de agressões físicas, fato que coloca em risco a integridade física e a vida dos travestis.

Tabela 2- Matriz de Análise

3.2.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Como referencial teórico metodológico será utilizada a ideia de cenários culturais, cenas e scripts propostos por Paiva (2012). Os cenários culturais, cenas e scripts formam um conjunto de reproduções sociais. Para entender uma cena, é

necessário decodificá-la e por meio desta perceber qual o seu cenário e contexto sociocultural (PAIVA, 2012).

De acordo com a mesma autora, cenas é uma forma de metodologia produzida no bojo do Construcionismo Social, que tem se dedicado a desnaturalizar, a compreender e a analisar a desigualdade social, mais especialmente no campo dos estudos de gênero e sexualidade (PAIVA 2012 *apud* PAIVA 2008).

A autora ainda acrescenta que, cena é o episódio, porém, por detrás e para que aconteça esta cena existe o cenário cultural, que é o meio social onde as pessoas da cena estão inseridas. A cultura, a forma de pensar e agir. Quando fala-se de cenário, fala-se do todo: tudo o que fez acontecer aquela cena. Podem acontecer muitas cenas em um cenário. Estas cenas acontecem com scripts. Como aqui trata-se da sexualidade, há os scripts femininos e masculinos.

Os scripts são comportamentos, ações: se você é homem, então você vai se comportar de tal maneira. A maneira a qual é designada socialmente à você. Este é seu script: homem não chora, homem é forte, homem deve ser honrado, dentre outros. E os scripts femininos se constroem na fraqueza, na sensibilidade, na delicadeza (PAIVA, 2012).

É como se as pessoas, por não agirem pelo script designado a elas, devessem estar em outro cenário cultural. É reproduzido a estas um outro olhar, desumano, por vezes. A construção de que a sexualidade é biológica faz com que todos aqueles que escapam do que se espera de uma mulher ou de um homem, sejam empurrados e excluídos da sociedade, estigmatizados (GOFFMAN, 1988).

3.2.6 APRESENTAÇÃO DA REVISÃO/ SÍNTESE DO CONHECIMENTO

A tabela a seguir apresenta detalhadamente todo o processo desta revisão, desde a pesquisa realizada nas bases de dados até os resultados obtidos e estudos selecionados.

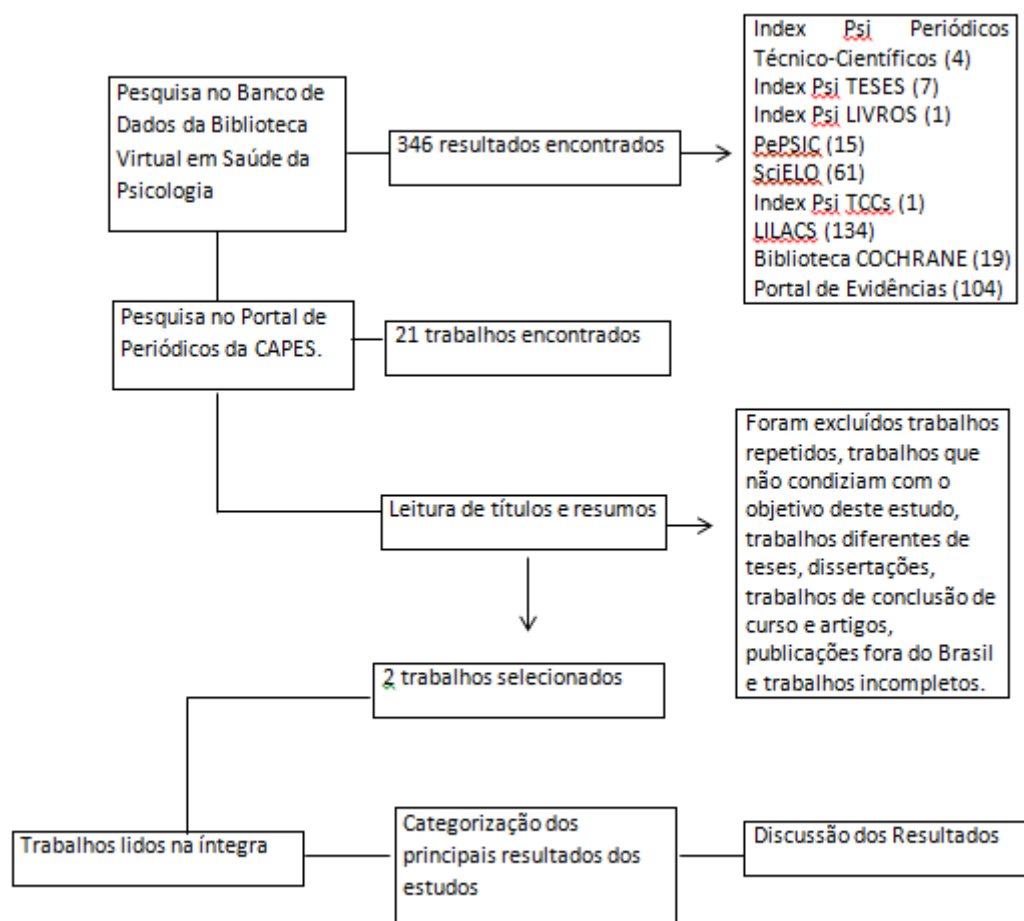


Tabela 3 - Processo de Revisão

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após o levantamento de dados pela Biblioteca Virtual em Saúde da Psicologia e pelo Portal de Periódicos da CAPES, dos 367 resultados encontrados, apenas 2 atenderam aos objetivos deste estudo (IRIGARAY; FREITAS, 2011) e (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). Este dado se mostra relevante para uma reflexão acerca da escassez de estudos acadêmicos brasileiros relacionados a lésbicas e o mercado de trabalho em base de dados eletrônicos da psicologia. Existe uma lacuna na literatura com esta temática que precisa ser preenchida com novos estudos e teorias, como forma de visibilidade a homossexualidade feminina e desconstrução do triste cenário cultural (PAIVA, 2012) brasileiro em relação a diversidade sexual humana.

No Estudo 1, (IRIGARAY; FREITAS, 2011), foi realizada uma interpretação de 18 entrevistadas de diferentes idades, religiões, classes sociais, profissões e formações acadêmicas. Após a análise dos dados, os autores colocam que se chegou a conclusão que as lésbicas entrevistadas se percebem discriminadas no ambiente de trabalho, tanto explícita quanto implicitamente, quando os comentários e tratamentos diferenciados se escondem sob a máscara do humor e da informalidade. Ainda realçam que o processo discriminatório pode ser atenuado ou acentuado de acordo o poder aquisitivo, cor da pele, crença, dentre outros.

Diante dos relatos coletados neste estudo, os autores fazem uma crítica sobre a política de determinadas empresas em relação a gestão da diversidade, mostrando através de falas o desconforto de algumas lésbicas no ambiente de trabalho quando deparadas com piadinhas ou agressões verbais.

No Estudo 2, (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014) foi analisado a vivência simbólica e interpessoal de lésbicas, transexuais e travestis no mercado de trabalho, colocando que a violência simbólica está diretamente relacionada com a matriz heterossexual binária de gênero, na qual é constituído como normal o heteronormativo.

Os autores concluem o estudo apontando que as violências simbólicas e interpessoais não atuam da mesma forma entre os LGBTs. A dominação simbólica funciona e se estabelece de forma bastante específica em cada uma das identidades sexuais estudadas, produzindo violências simbólicas específicas

direcionadas a lésbicas, transexuais e travestis. A violência interpessoal vivida no trabalho pelas lésbicas, travestis e transexuais estudados também demonstrou que existem diversas particularidades entre eles. Para lésbicas e travestis, existe a possibilidade de emprego formal, algo que para as travestis é impossível.

O estudo de Irigaray, Freitas (2011) evidencia práticas discriminatórias no ambiente de trabalho, mesmo quando a empresa visa uma política de gestão de diversidade (BRITO, 2014), para as entrevistadas. Para as entrevistadas, essa política ao invés de ser estímulo para que todos sejam tratados como iguais, acaba sendo usada apenas para mostrar a existência das diferenças dentro da organização. Alguns trechos demonstram nitidamente as cenas (PAIVA, 2012) vividas por essas mulheres.

“O discurso é muito bonitinho, mas não conheço nenhum gerente ou diretor que seja assumidamente gay, mulheres já são poucas”.

“Falam tanto em política de diversidade aqui na empresa, mas minha companheira não tem os mesmo direitos que as mulheres dos meus amigos têm: plano de saúde, seguro, viagem-prêmio”.

“O engraçado é que dois funcionários judeus, sendo que uma era uma mulher, abriram um discurso homofóbico e ninguém falou nada; aliás, nunca ninguém fala nada; algumas vezes entram no site de diversidade da empresa e ficam rindo dos viadinhos e das sapatonas (...) fico com raiva, mas não consigo falar nada” (IRIGARAY; FREITAS, 2011, p. 635).

Irigaray e Freitas (2011) ainda analisam que a discriminação (BRITO, 2014) decorrente da orientação sexual homossexual pode se acentuar com outros marcadores sociais de diferenças (VENTURI, 2012), como fica evidenciado nesta fala: “(...) tem gente que não gosta de mim porque sou pobre, negra, favelada, homossexual” (IRIGARAY; FREITAS, 2011. p. 636). E nesta outra: “Nesse mundo estou ferrada: sou mulher, sapata, loira e judia. Só faltava ser gorda e manca (gargalhada)” (IRIGARAY; FREITAS, 2011. p. 632).

Podemos perceber nestes trechos a identidade social (HEILBORN, 1996) que foi construída para essas mulheres. Seus próprios discursos revelam suas percepções de incomodo que causam na sociedade.

No estudo realizado por Carrieri, Souza e Aguiar (2014) as entrevistadas trouxeram cenas (PAIVA, 2012) onde se sentiram constrangidas no ambiente de trabalho:

“Ela tava implicando comigo, eu perguntei o porquê, ela falou que odeia sapatão, né”. (...) “É ... brincadeira, é, risinho assim, né. É comentário”. (...) “Um cliente ... sabia que eu era homossexual e teve uma atitude um pouco agressiva foi muito desagradável” (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014, p. 12).

E do medo de a qualquer momento ficar exposta a algum episódio constrangedor.

“Eu sofro violência pra trabalhar. Eu já tive que deixar o cabelo crescer, eu tenho que andar feminina. Eu gosto de andar masculina”. (...) “No trabalho eu tenho medo de sofrer retaliações, eu prefiro não me expor”. “(...) foi feita uma entrevista com um rapaz, só que ele era muito afeminado, sugeri, mas meu chefe achou ele muito afeminado” (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014. p. 11 - 12).

Fica evidente a violência simbólica (BOURDIEU, 2007) sofrida por estas mulheres, de acordo com seus relatos. É um poder que se constitui pela relação de dominador e submisso que é reforçada no pensamento das pessoas, fazendo com que aqueles que não mantêm o script (PAIVA, 2012) - que foi educado para ter - tenha a preocupação em esconder o estigma (GOFFMAN, 1988), dificultando o rompimento da dominação que estão impostas.

Ambos os estudos demonstraram que a orientação sexual feminina não é vista dentro das empresas como uma manifestação da diversidade sexual humana. É importante notar que os trabalhos selecionados para análise demonstram como as cenas de discriminações vivenciadas pelas lésbicas estão interligadas com a construção de um cenário cultural dos sexos e seus respectivos scripts.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados discutidos apontam que as lésbicas sofrem preconceito no ambiente de trabalho, tanto para ingressar quanto para se manter, sujeitando-se a piadinhas e comentários maldosos; a uma percepção inferiorizada de si mesmas; medo de se expor ou falar a respeito de sua orientação sexual quanto agir de uma forma diferente do que gosta, por preocupação do que pode acontecer, prevendo algum tipo de preconceito. E mesmo diante deste dado, parece haver uma invisibilidade acerca desta temática que alimenta a violência simbólica proposta por Bourdieu (2007) referente ao gênero e sexualidade.

A presente revisão mostrou, a partir dos estudos encontrados, que a homossexualidade feminina ainda é pouco estudada na área da psicologia quando tange o mercado de trabalho, sendo um assunto mais trabalhado na área da administração, onde se foram encontrados alguns dados em uma busca feita pelo Google Acadêmico para fazer o estudo da arte desta pesquisa, fazendo-nos refletir que se estuda mais a política da gestão da diversidade enquanto marketing do que as violências advindas da intolerância à diversidade.

No que concerne a gestão da diversidade, a política inclui a todos, mas a prática não é efetiva e falha, como afirma Brito (2014). Essas omissões das organizações referentes a discriminação sexual ficaram evidenciadas no Estudo 1 e Estudo 2.

Em relação a outros resultados dos estudos selecionados, como aos transexuais e as travestis em relação ao mercado de trabalho, esta pesquisa não se ateve a discuti-los por não objetivar a temática específica desta revisão, embora o Estudo 2 tenha levantado que as travestis sofrem uma discriminação mais acentuada diante do mercado de trabalho

Por fim, este trabalho não teve a pretensão de esgotar todas as fontes e lacunas existentes sobre o tema discutido, por tanto, reconhece que os resultados obtidos são alarmantes e devem-se ser mais discutidos, de uma forma global onde possa compreender construções sócias históricas sobre as sexualidades e seus paradigmas.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Gestão e Sociedade** · Belo Horizonte · vol 5 · nº 11 · p. 121-136. Disponível em: Gestão e Sociedade.

BOURDIEU, P. (2007). **O poder simbólico** (10a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRITO, Jaqueline. **Estratégias Pró-Ativas da Diversidade Sexual nas Organizações**. 2014.99 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BUSIN, Valéria Melki. (2008). **Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas**. Dissertação (Mestrado – Área: Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CARRARA, Sérgio. (2005). O centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o “lugar” da homossexualidade. In: GROSSI, Miriam P. et al. **Movimentos Sociais, educação e sexualidades**. (p.17-24) Rio de Janeiro: Garamond.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOUZA, Eloisio Moulin de and AGUIAR, Ana Rosa Camillo. **Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais**. *Rev. adm. contemp.*[online]. 2014, vol.18, n.1, pp. 78-95. ISSN 1982-7849. Scielo Brasil.

CIAMPA, Antonio da Costa. (2006). Identidade. **Psicologia Social: o homem em movimento**. LANE, Silvia T.; CODO, Wanderley. Orgs. São Paulo: Brasiliense.

COSTA, Jurandir F. (1996). O referente da Identidade Homossexual. Em: Parker, Richard; Barbosa, Regina M. (Orgs.) **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ABIA / IMS-UERJ, (p. 63-89).

FOUCAULT, Michael. (1984). **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio – 24 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOFFMAN, Erving. (1988) **Estigma: notas sobre a Manipulação da identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC.

GOMIDE, Silvia. (2007). FORMAÇÃO DA IDENTIDADE LÉSBICA. GROSSI, M. et al. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis** – Rio de Janeiro: Garamond, (p. 405 – 422).

HEILBORN, Maria Luiza. (1996) Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. Em: Parker, Richard; Barbosa, Regina M. (Orgs.) **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ ABIA/IMS-UERJ, (p. 136-145).

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis and FREITAS, Maria Ester de. **Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho.** *Organ. Soc.* [online]. 2011, vol.18, n.59, pp. 625-641. ISSN 1984-9230. Scielo Brasil.

KATZ, Jonathan Ned. (1995). **A Intervenção da Heterossexualidade.** Rio de Janeiro: Ediouro.

LAQUEUR, Thomas. (2001) **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. (2011). **Metodologia Científica.** 6ª ed. São Paulo: Atlas.

PAIVA, Vera. (2012) Cenas da vida cotidiana: Metodologia para compreender e reduzir a vulnerabilidade na perspectiva dos direitos humanos. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cássia M. (Orgs.) **Vulnerabilidade e Direitos Humanos: prevenção e promoção da saúde** (Livro I: Da doença à cidadania). Juruá Editora, (p. 165 – 208).

RAMOS, Silvia. (2005). Violência e Homossexualidade no Brasil: As Políticas Públicas e o Movimento Social. In: GROSSI, Miriam P. et al. **Movimentos Sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond, (p.31 – 44).

VENTURI, Gustavo. (2012). Misoginia, homofobia, racismo e “gerontofobia”: contribuições de análises da opinião pública para a prevenção. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cássia M. **Vulnerabilidade e Direitos Humanos: prevenção e promoção da saúde** (Livro I: Da doença à cidadania). Juruá Editora, (p. 95-110).